

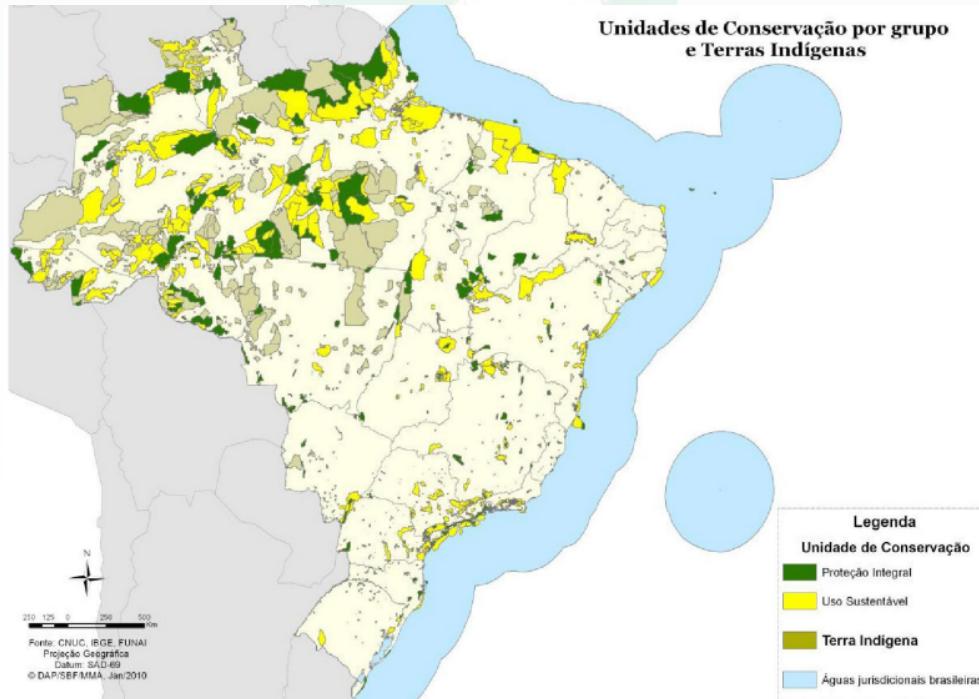


Leandro Mitidieri
Doutor em Sociologia e Direito - UFF
Mestre em Direito Constitucional – UFF
Coordenador do GT de UCs do MPF

**O Brasil de 2003 a 2009 cumprimento Meta 11 das
“Metas de Aichi”, acertadas no âmbito da Convenção
sobre Diversidade Biológica:
até 2020,
17% de áreas terrestres e
10% de áreas marinhas e costeiras**

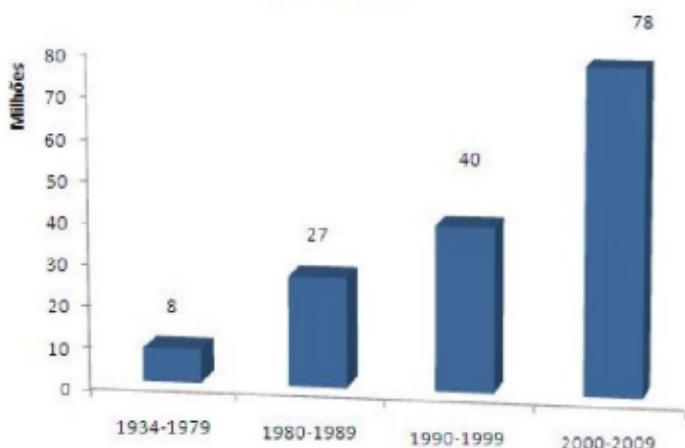


No Brasil, de 2003 a 2009, a área protegida por UCs cresceu fortemente e o país responde por cerca de 75% das áreas protegidas criadas no mundo

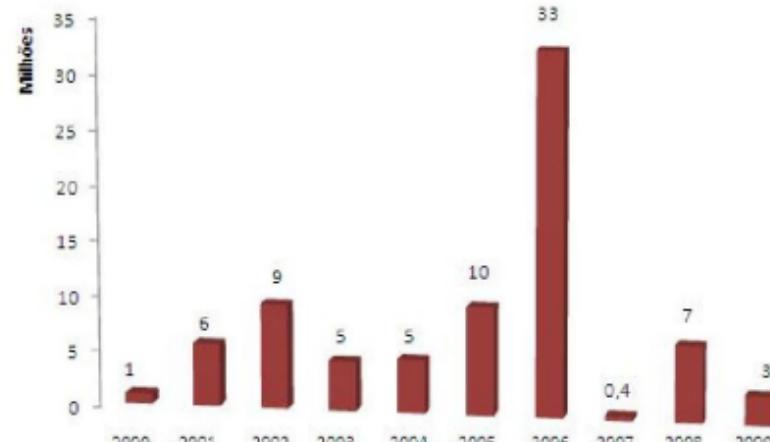


dia Mundial do Meio Ambiente

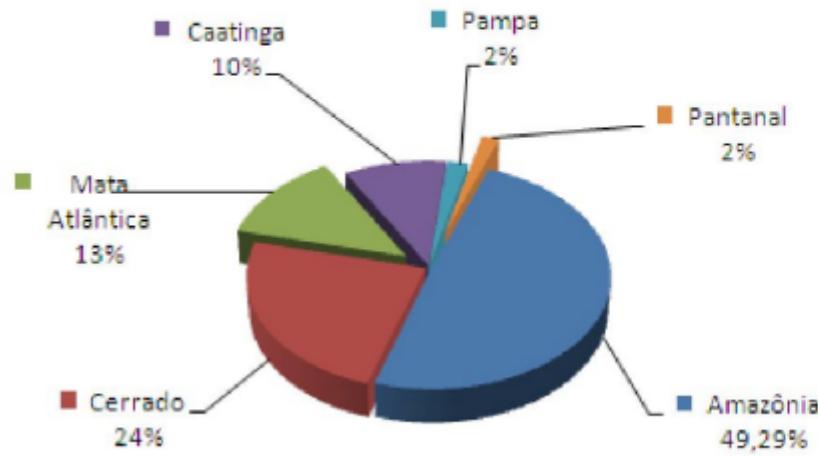
Histórico de Criação de UCs Federais e Estaduais (hectares)



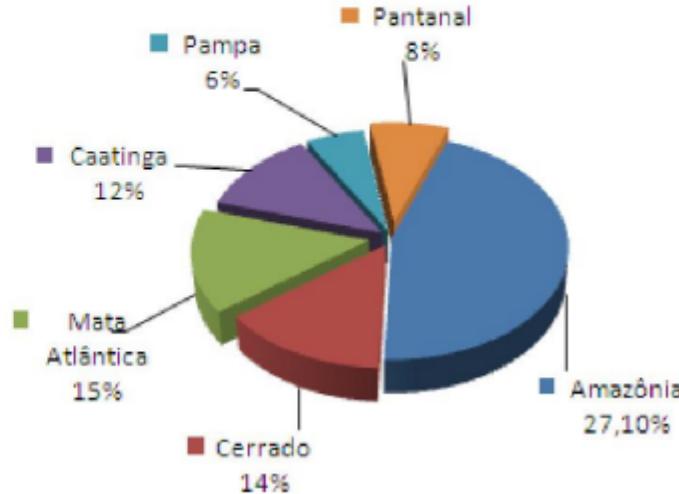
Criação de UCs 2000 - 2009 (hectares)



Área Total do Território Brasileiro e os Biomas Continentais



Área Total Protegida no Brasil por UCs Federais e Estaduais (SNUC)



4 novas unidades de conservação marinhas em 2018

Brasil salta dos atuais 1,5% para 25%



Unidades de Conservação cenário federal (2014)

313 - unidades de conservação federais (2014)

173 - não têm plano de manejo

50 - não têm conselho formado

297 - não concluíram a consolidação territorial

Painel Executivo de Compensação Ambiental (maio de 2025)

R\$ 1.927.544.950,70 disponíveis

R\$ 353.358.601,37 em execução

R\$ 551.884.894,48 executados

Filtros

Download



Compensação Ambiental - Resumo Executivo

Dados do painel atualizados em: 12/05/2025 08:32:52

Painel desenvolvido pela COMAG/CGPLAN/DIMAN



R\$ 1,928 Bi

Valores Disponíveis

Por Modalidade

Execução Via fundo R\$ 1,688 Bi

Orçamento R\$ 0,240 Bi

Por Ação

Regularização fundiária R\$ 1,128 Bi

Implementação da UC R\$ 0,644 Bi

Plano de manejo R\$ 0,108 Bi

Pesquisa R\$ 0,027 Bi

Plano de manejo ou pr... R\$ 0,019 Bi

Criação de UC R\$ 0,000 Bi

Viabilidade econômica R\$ 0,000 Bi

Qtd de Unidades de Conservação: 332

R\$ 353,859 Mi

Valores em Execução *

Por Modalidade

Execução Via fundo R\$ 0,351 Bi

Orçamento R\$ 0,003 Bi

Por Ação

Implementação da UC R\$ 242,858 Mi

Regularização fundiária R\$ 90,796 Mi

Plano de manejo R\$ 12,690 Mi

Pesquisa R\$ 6,370 Mi

Plano de manejo ou pr... R\$ 0,918 Mi

Criação de UC R\$ 0,226 Mi

Valores Previstos FCA (R\$) *

R\$ 1.563 Bi

Por Ação

Regularização fundiária R\$ 0,879 Bi

Implementação da UC R\$ 0,624 Bi

Pesquisa R\$ 0,032 Bi

Plano de manejo R\$ 0,028 Bi

Plano de manejo ou pr... R\$ 0,000 Bi

Criação de UC R\$ 0,000 Bi

Viabilidade econômica R\$ 0,000 Bi

Valores Destinados (Não Disponíveis) *

R\$ 800,796 Mi

Por Ação

Regularização fundiária R\$ 0,446 Bi

Implementação da UC R\$ 0,306 Bi

Plano de manejo R\$ 0,028 Bi

Pesquisa R\$ 0,017 Bi

Criação de UC R\$ 0,003 Bi

Plano de manejo ou pr... R\$ 0,001 Bi

* Valores previstos nos parcelamento dos termos de compromisso de compensação ambiental assinados com os empreendedores.

Valores Executados

R\$ 551,885 Mi

Por Modalidade

Execução Via fundo R\$ 0,298 Bi

Orçamento R\$ 0,203 Bi

Execução Direta R\$ 0,051 Bi

Por Ação

Regularização fundiária R\$ 0,354 Bi

Implementação da UC R\$ 0,185 Bi

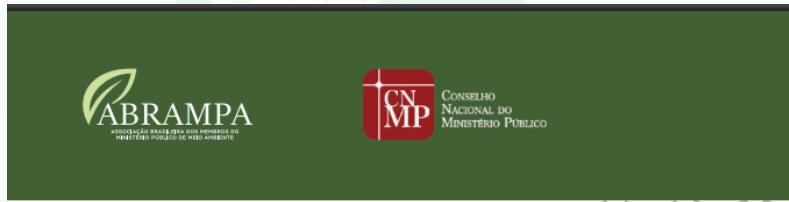
Pesquisa R\$ 0,008 Bi

Plano de manejo R\$ 0,005 Bi

Plano de manejo ou pr... R\$ 0,000 Bi

* Valor reservado para atendimento das demandas

https://abrampa.org.br/file?url=/wp-content/uploads/2025/04/diretrizes_regularizacao_Unidades-de-Conservacao.pdf



REGULARIZAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: SISTEMATIZAÇÃO DOS REQUISITOS NORMATIVOS E DIRETRIZES PARA A GARANTIA DE ADEQUADA IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO¹

¹ Documento de autoria da CMA/CNMP, por meio do Núcleo Operacional e Estudos sobre Unidades de Conservação, e da ABRAMPA, elaborado sob a coordenação de Alexandre Gato (Promotor de Justiça MPPR e Presidente da ABRAMPA), Ivana Lúcia Franco Cei (Procuradora de Justiça MPAP; Conselheira do CNMP e Presidente da CMA) e Tarcila Santos Britto Gomes (Promotora de Justiça MPGO e membra auxiliar da CMA/CNMP), com a participação da equipe jurídica do projeto ABRAMPA pelo Clima, por meio das advogadas Vivian Maria Pereira Ferreira (OAB/SP nº 313.405), Camila Barros de Azevedo Gato (OAB/SP nº 174.848) e Raquel Frazão Rosner (OAB/SP nº 464.689) e do assessor Gabriel Vicente Andrade. O presente documento contou com apoio, revisão técnica e contribuições dos seguintes membros do Núcleo Operacional e de Estudos Técnicos sobre Unidades de Conservação: Alexandre Gato - Promotor de Justiça MPPR (coordenador do núcleo); Alberto Fonseca - Promotor de Justiça MPAL; Aldeleine Melhor Barbosa - Promotora de Justiça MPSE; Augusto César Carvalho de Matos - Promotor de Justiça MPBA; Áurea Emilia Bezerra Madruga - Promotora de Justiça MPPR; Danielle Lucena da Costa Rocha - Promotora de Justiça MPPR; Fabio Vermeulen Carvalho Grade - Promotor de Justiça MPPR; Giovani Ferri Promotor de Justiça MPPR; José Godofredo Pires dos Santos Promotor de Justiça MPPA; Juliano de Barro Araújo - Promotor de Justiça MPGO; Lavina Silveira De Mendonça, Promotora de Justiça - MPAL; Leandro Mittidieri Figueiredo, Procurador da República - MPF; Luciano Furtado Loubet, Promotor de Justiça - MPMS; Lucas Pardini Gonçalves, Promotor de Justiça - MPMG; Luis Fernando Cabral Barreto Junior, Promotor de Justiça - MPMA; Naiara Ames De Castro Lazzari, Promotora de Justiça - MPRO; Rejane Strieder Centellas, Promotora de Justiça - MPPE; Silvia Cappelli, Procuradora de Justiça - MPRS; Thiago Marques Vieira, Promotor de Justiça - MPCE; Tarcila Santos Britto Gomes, Promotora de Justiça - MPGO e Membro Auxiliar da CMA; Wagner Eduardo Vasconcellos, Promotor de Justiça - MPES; Wilson Rocha Fernandes Assis, Procurador da República - 4º CCR-MPF; dos Diretores de Publicações Técnico-Jurídicas da ABRAMPA, Ivan Carneiro Castanheiro (MPSF) e Carlos Alberto Valera (MPMG); de Flávia Campassi e Leide Takahashi (Fundação Grupo Boticário), e de Erika Guimarães (WWF Brasil).

Seminário sobre Ucs no ES



RESERVE A DATA

**III SEMINÁRIO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:
DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE
PROTEÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO
E GESTÃO**

**25 A 27 DE
JUNHO DE 2025**

VITÓRIA - ES

REALIZAÇÃO:

ABRampa
Associação Brasileira dos Advogados do Ministério Públco de todo o Brasil

Fundação GrupoBoticário

CEAF
Centro de Estudos Avançados em Administração Pública

MPES
Ministério Públco do Estado do Espírito Santo

CNMP
Conselho Nacional do Ministério Públco

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO